

A ALFABETIZAÇÃO EM LOURENÇO FILHO: UM ESTUDO DAS “LEITURAS DE PEDRINHO E MARIA CLARA”

Claudiceia Linhares de Almeida Bezerra (UEM) – claudiceialb@ig.com.br

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar a produção didática no Brasil organizada e idealizada pelo educador Lourenço Filho (1897-1970), Série de Leitura Graduada “Pedrinho”, por meio do Livro IV “Leituras de Pedrinho e Maria Clara”, publicada em 1956, no Brasil. Este era direcionado às crianças de dez a onze anos, a fim de que os infantes pudessem ter o domínio da leitura autônoma, mudanças do modo de sentir, pensar e agir, garantindo a formação do homem necessário ao século XX. Nesse sentido, há que se ressaltar que os livros de leitura foram utilizados nas escolas brasileiras, por mais de seis décadas como instrumento estimulador da leitura e provocador do desejo de ler, visando à compreensão do texto, não apenas para fruição, mas com intencionalidade educativa. No decorrer de sua vida profissional, Lourenço Filho dedicou-se, sobretudo, aos problemas enfrentados pelo ensino primário, estando envolvido com trabalhos didáticos e com a literatura infantil. O autor tinha por objetivo contribuir, por intermédios de seus livros didáticos, para sanar a dificuldade de leitura das crianças que freqüentavam as escolas naquele momento, problema que persiste até hoje nas escolas nacionais. O destaque para o IV Livro da Série Pedrinho está na metodologia utilizada pelo educador, pois o conteúdo era apresentado por duas personagens da mesma idade dos alunos. Essa prática facilitou o trabalho dos professores, pois as crianças identificavam-se com essas personagens, cujas idéias e sentimentos poderiam ser compreendidos com maior facilidade.

Palavras Chaves: Educação; História da Educação; Livros de Leitura; Alfabetização; Lourenço Filho.

Introdução

O presente artigo¹ tem por objetivo apresentar a produção didática organizada e idealizada pelo educador Lourenço Filho (1897-1970), por meio do Livro IV, da Série Pedrinho, *Leituras de Pedrinho e Maria Clara* (1956), publicada no Brasil. Este era direcionado às crianças de dez a onze anos, a fim de que as crianças pudessem ter o domínio da leitura autônoma, mudanças do modo de sentir, pensar e agir, garantindo a formação do homem necessário a esse período.

Para Lourenço Filho, esta foi à primeira série de leitura escolar que atendeu as exigências da evolução psicológica da criança e aos objetivos dos programas de ensino, estimulando o

¹ Este artigo foi orientado e revisto pela Prof. Dr. Maria Cristina Gomes Machado da Universidade Estadual de Maringá.

desejo de ler e ler com compreensão, de forma produtiva. O entusiástico acolhimento dado aos livros da Série de Leitura Graduada Pedrinho, pelo professorado de todo o país é a mais segura indicação de que ela atendeu a uma necessidade de reforma nos métodos de leitura.

No decorrer de sua vida profissional, o intelectual dedicou-se, sobretudo, aos problemas enfrentados pelo ensino primário, estando envolvido com trabalhos didáticos e com a literatura infantil. Assim, esse estudo considera o pensamento pedagógico de Lourenço Filho expresso por meio de seus livros didáticos², utilizados para disseminar o ensino da leitura em todo o país, com intuito de aprimorar e aprofundar conhecimento sobre as questões educacionais, bem como o contexto histórico em que viveu esse intelectual.

Ante o exposto, detenho-me sobre a sua concepção de educação e o posicionamento desse autor, para a reflexão da seguinte indagação: Quais são os ideais educacionais e sociais do educador Lourenço Filho que o levaram a dedicar-se a alfabetização? Para responder a esse questionamento e analisar a luta travada pelo autor na defesa de uma educação carregada de moral e de civismo, o texto foi estruturado em três partes. Na primeira parte, apresenta-se a vida e obra de Lourenço Filho. Na segunda parte enfatiza-se o contexto histórico, marcado por transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais, em que Lourenço Filho defendia o ensino da leitura. Na terceira parte, estuda-se o projeto de leitura escolar idealizado por Lourenço Filho, por meio do Livro IV *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*.

1. Alguns aspectos da vida e obra de Lourenço Filho

Em meio às transformações políticas, sociais e econômicas que marcaram o final do século XIX e início do século XX, nasceu no Estado de São Paulo, à beira de Moji-Guaçu, em Porto Ferreira, aos 10 de março de 1897, Manoel Bergström Lourenço Filho. “Esse nome, assim completo, denuncia a origem dos pais do biografado: Portugal – como acontece à maioria dos brasileiros; Suécia – como sucede a muito poucos”. (ALMEIDA JUNIOR, 1959, p. 28). Foi influenciado pelo avô, João Pedro Bergström, este gostava de ler e tocar

² Os livros didáticos produzidos por Lourenço Filho dividem-se em cartilhas, livros de leitura escolar, livros de matemática, livros do professor e do aluno.

violino, *Manequinho*, apelido pelo qual Lourenço Filho era chamado em casa, aprendeu a ler muito cedo e aos seis anos iniciou os estudos primários em sua terra natal.

Em julho de 1905, Lourenço Filho foi influenciado pelas atividades do pai, um comerciante novidadeiro. Este inaugurou um comércio de livros e de arte fotográfica, instalou uma tipografia, fundou e manteve um semanário por trinta anos e montou um cinema. Lourenço Filho, participante das atividades do pai, adquiriu qualidades que vieram a ser-lhe úteis na vida de educador. O autor afirma que:

A experiência jornalística repetiu-se na adolescência. Aos dezoito anos, diplomado professor primário, organizou e dirigiu outro pequeno semanário; era como o título parece indicar “O Filhote”, um suplemento literário do que o pai continuava a publicar. De par com escritos puramente literários, nele surgiram as primeiras tentativas de crítica social e exame de problemas da cultura; aí colaboraram outros professores do grupo escolar local, como Sud Mennucci, Tales de Andrade e Júlio Dorta (LOURENÇO FILHO, 1959, p. 190).

Lourenço Filho cursou duas vezes a escola Normal (em Pirassununga e em São Paulo), fez dois anos de Medicina, mas formou-se em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco³, antes mesmo de concluir o curso, foi indicado, aos 24 anos, para diretor da Instrução Pública do Ceará, com a incumbência de reorganizar o ensino do Estado. Esse trabalho durou dois anos e meio, foi uma das primeiras realizações da escola Nova e obteve grande repercussão na época. Em virtude desse desempenho recebeu um prêmio da Academia Brasileira de Letras. (GANDINI, 1995).

Em 1913, anexo a Escola Normal de São Paulo, instalou-se o segundo Laboratório de Psicologia, no qual eram realizadas pesquisas sobre o raciocínio infantil, grafismo e memória. Este foi desativado por algum tempo, voltando a funcionar sob a direção de Lourenço Filho, com a participação de Noemi Silveira, nele se utilizavam testes de desenvolvimento mental, inquérito sobre os jogos, influência de leitura e dos cinemas (CAMPOS, 1996).

Lourenço Filho estudou com professores de formação autodidática, como Oscar Thompson e Antonio de Sampaio Dória. Este ensinava Psicologia e Pedagogia, apresentava autores

³ Em 1929, Lourenço Filho graduou-se como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Paulo (GANDINI, 1995) e elegeu-se para a Academia Paulista de Letras neste mesmo ano.

como Willian James, Claparéde, Van Biervliet, Ribot, Parker, estando o educador atualizado e atento às novas experiências e teorias educacionais divulgadas no Brasil e o no exterior (TEIXEIRA, 1959, p. 21). Sampaio Dória transformava todas as aulas em seminários, com discussões, pesquisas e experiências, o que exercia grande influência sobre os alunos. “Não era só a matéria, era fundamentalmente o método”, por meio do qual ele transmitia aos seus alunos a sua convicção de que o Brasil só poderia ser construído pela educação (ALMEIDA JUNIOR, 1959, p. 34).

Lourenço Filho, no decorrer de sua carreira, enviou seus escritos para a melhor revista literária existente na capital do Estado de São Paulo, *A Vida Moderna*. Nesse período, por volta de 1920, trabalhando no Correio Paulista, no O Estado de São Paulo e no Jornal do Comércio, publicou trabalhos de cunho pedagógico, resultado de pequenas pesquisas de Psicologia, como *O que a criança lê* (Jornal do Comércio, 24/05/1920), *Algumas Idéias sobre Educação* (Correio Paulistano, 26/06/1920), e um estudo muito longo, *A criança e o Cinema*, também nesse último jornal, em três artigos, o último do qual figura na edição de 08/11/1920. Subsequentemente, já nomeado professor no ano de 1921 colaborou no Jornal de Piracicaba e continuou a escrever para O Estado de São Paulo (LOURENÇO FILHO, 1959, p. 191).

Nesse diário publicou numerosos artigos sob a rubrica geral de “Questões do Ensino”. Ainda, em Piracicaba, fundou uma revista pedagógica sob o título “Revista de Educação”, tendo dois artigos com maior fundamentação técnica, intitulados “A Crise na escola”, que denunciava o renovador pedagógico, e “Estudo da Atenção Escolar”, em que apresentava resultados numéricos de testes que havia aplicado na escola anexa à Escola Normal. Publicou, também, um minucioso plano para a organização da “Prática de Ensino” nas escolas normais (LOURENÇO FILHO, 1959, p. 191).

Lourenço Filho foi um dos signatários do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* de 1932, talvez o principal divulgador e estimulador das idéias e dos ideais da Escola Nova, no Brasil. No ano de 1933, publicou o livro *Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita*⁴. No Instituto de Educação, criou a sua

⁴*Teste ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*, em 1933. Estes testes caracterizavam-se como uma espécie de síntese do pensamento inovador e catalisador de Lourenço Filho a respeito do ensino da leitura e da escrita. Ao mesmo tempo, representava as aspirações educacionais

segunda revista Arquivos do Instituto de Educação, no qual documentou os trabalhos memoráveis dessa escola de educação incorporada em 1935 à Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira.

A divulgação dos textos publicados na obra Biblioteca de Educação pôs o público brasileiro em contato com o pensamento renovador da educação de diversos países. Nesta obra constam duas de suas publicações de repercussão internacional *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, junho de 1930, e *Testes ABC*, novembro de 1933. Editou, também, *Tendências da Educação Brasileira*, 1940⁵, *Pedagogia de Rui Barbosa*, 1954⁶, *Educação Comparada*, 1961⁷, *Organização e Administração Escolar*, 1963⁸, *Psicologia de Ontem e de Hoje*, s/d, *Psicologia Educacional*, s/d.

características, do que considero um terceiro momento crucial da década de 1920 a meados da década de 1970, para a constituição da alfabetização como objeto de estudo; e da utilização de determinado tipo de abordagem histórica e de método de investigação” (MONARCHA, 1997, p. 60). Neste livro, Lourenço Filho pontuou que: “[...] na escola popular, a leitura e a escrita representam o problema crucial, que nenhum argumento logra iludir. A cultura não é apenas a escola de primeiras letras extensa: mas, onde quer que uma escola popular esteja aberta, tradicional ou renovada, o problema da leitura e da escrita é daqueles que, ao mestre, se apresenta com fundamental, tanto pelas exigências da organização do ensino graduado quanto pelos reclamos sociais” (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 15).

⁵Esta obra reúne quatro capítulos: *Tendências da Educação Brasileira*; *Alguns aspectos da educação primária*; *Educação e Segurança Nacional*; e *Estatística e Educação*. “A intenção dos quatro pequenos estudos, reunidos neste volume, é a de sugerir, nessa base reflexões sobre a compreensão da mudança que se vem operando no espírito e nas realizações da educação brasileira. Dir-se-á que os períodos de mudança são períodos de crise e que não é chegada, assim, a hora de paciente análise e reflexão. Talvez melhor se diga que tais períodos representam não já a crise, mas os esforços para a sua debelação” (LOURENÇO FILHO, 2002b, p. 8-9).

⁶“A *Pedagogia de Rui Barbosa* é mais um livro de Lourenço Filho. O título não dá a medida do conteúdo. É descritivo e linear, ao passo que o livro tem densidade e não é meramente expositivo: é, simultaneamente, exposição, análise crítica e estudo comparativo, e vem ocupar espaço importante na obra, por tantos títulos importantes, de Lourenço Filho, obra que raia por vinte e dois volumes, se incluirmos cinco traduções, o que se afigura justo, não só pela excelência do trabalho, senão ainda pelas anotações de que estão todas enriquecidas” (RENAULT, 1959, p. 185).

⁷ Publicada em 1961, é composta de quatro partes, sendo: I Parte – Fundamentos da Educação Comparada, II Parte – Símulas descritivas de dez sistemas de ensino, III Parte - Os programas de ensino primário na América Latina, IV parte – A Educação Rural no México. “Este livro especialmente se destina a estudantes dos cursos de Pedagogia; Didática; Ciências Sociais e Jornalismo, nas Faculdades de Filosofia. Interessa também, aos que se inscrevem nos cursos de Administração Escolar, dos Institutos de Educação, cujos estudos reclamam noções de educação comparada” (LOURENÇO FILHO, 2004, p. 9).

⁸ Esta obra é composta de quatro partes, sendo: I Parte – Princípios de Organização e Administração Escolar, II Parte – A Organização e Administração Escolar no Brasil. “Os Estudos de Organização e Administração escolar comportam muitos ramos especializados. Todos hão de partir, porém, de certas noções básicas que lhes fundam unidade e coerência. Este livro pretende satisfazer a essa exigência, apresentando conceitos, princípios e instrumentos de análise, no plano das Faculdades de Filosofia e Institutos de Educação.” (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 9)

Lourenço Filho dedicou boa parte de seu esforço à fundação e direção de diversos órgãos de divulgação educacional, de acordo com Gandini (1995, p. 95), em virtude dessa grandeza há que se aprofundarem estudos e conhecimentos sobre esse autor, tendo em vista a sua preocupação em oferecer um único modelo escolar para o país. Este proporcionaria ao povo meios para inserir-se no processo de industrialização e urbanização. (NOGUEIRA, 2001).

Acredita-se que as idéias de um determinado autor são resultados das transformações que permeiam a sociedade na qual está inserido. Cabe salientar que, para entender a proposta educacional de Lourenço Filho é preciso compreender a situação do país no seu contexto sócio-político-econômico e educacional brasileiro, nas décadas iniciais do século XX.

2. Lourenço Filho na sociedade brasileira

As idéias de uma nova escola foram geradas em meio às transformações que agitavam o país no início do século XX. Estas agitações afloradas no campo educacional foram impulsionadas pelo caráter nacionalista que se instaurou no Brasil, rompendo com os modelos de educação europeus. Estes dominavam as aspirações artísticas deste país, contudo, o nacionalismo foi uma das bandeiras defendidas pelo educador Lourenço Filho.

Inúmeras foram às transformações sociais, políticas e econômicas que permearam o final do século XIX e início do XX, no Brasil. Estas transformações foram produzidas pela Guerra do Paraguai (1865-1870), pela abolição da escravidão (1888) e, finalmente, pela queda do Império e o advento da República (1889). Tais mudanças foram acompanhadas, também, em nível internacional, pela primeira Guerra Mundial (1914-1919) e pela Revolução Russa (1917), dentre outros acontecimentos (FARIA, 1989, p. 57-70).

Apesar de o Brasil manter-se como um país agrícola no final do século XIX e início do XX, a industrialização, gradativamente, instaura-se, e uma nova classe social, a classe operária composta por imigrantes e trabalhadores nacionais, foi sendo formada. Esta classe se fortaleceu juntamente com a industrialização crescente que marcou o país, tornando-se viva, intensificando os movimentos populares.

O trabalho escravo foi gradativamente sendo substituído pela mão-de-obra assalariada; o abandono do campo e o êxodo para a cidade se intensificaram estimulados pela industrialização que aos poucos se instaurou no país. A entrada de imigrantes⁹ estimulou o trabalho assalariado, intensificando as relações de trabalho nesse período. Outro fator relevante foi à produção de café, que no aspecto social e político proporcionou a ascensão da economia brasileira, a última das três grandes aristocracias do país. “Depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café tornaram-se a elite social brasileira” (PRADO JUNIOR, 1986, p. 167).

Após a Primeira Guerra (1914-1918), começou a lenta mudança do modelo econômico agrário exportador. Um surto industrial deu início à nacionalização da economia, com a redução de importações, surgindo uma burguesia industrial urbana. De acordo com Nagle (1976, p. 24): “Com o novo surto industrial e como o desenvolvimento da urbanização, os imigrantes começaram a ser atraídos para os novos núcleos-industriais, quando colaboraram para acelerar a passagem das atividades artesanais para as industriais”.

Todas essas transformações foram consequência da crise econômica que o capitalismo evidenciava nos países estrangeiros, sobretudo, na Inglaterra, na França e na Alemanha. Cabe destacar que a sociedade burguesa se estruturou a partir da decadência do feudalismo. Nesse sentido, as relações de produção travadas no interior dessa sociedade é que o homem transformou o trabalho em capital. Assim, a produção objetivava atender às necessidades do comércio e as mercadorias, produzidas em larga escala, deram um impulso ao comércio, à navegação e à indústria.

Esta forma de produzir implicava a dissociação entre o dono dos meios de produção e o trabalhador, assim a sociedade se compunha de duas classes distintas e com interesses contrários: a burguesia e o proletariado. Esta forma de produzir com vistas ao mercado levou à necessidade de explorar a força humana e utilizar a maquinaria para produzir mais em menos tempo.

Diante deste processo histórico pelo qual se constituiu nossa sociedade, o capitalismo assolou toda a humanidade desde o século XIX, ditando as suas regras. Ao lado de uma

⁹ Imigrantes eram constituídos por europeus, operários ou camponeses, que, devido ao desemprego e à desorganização da economia européia foram excluídos do mercado (NAGLE, 1976, p. 24)

grande produção de riqueza crescia a miséria da classe trabalhadora e dos desempregados. Em face do capital acumulado pelos grandes capitalistas, a indústria passava a exercer um monopólio interno (fase imperialista), sustentado pelo acúmulo de produção e de capital das nações dependentes, o qual se estendeu depois por todo o globo.

Ao apropriar-se destas premissas, a nação brasileira pretendia tornar-se uma pátria civilizada, mas era retratada pela intelectualidade, como uma terra entregue às mazelas da pobreza e do analfabetismo, a educação era considerada como a cura e como o remédio para violência e marginalidade. No entendimento de Veríssimo (1985, p. 43), a institucionalização educacional era necessária:

Para restaurar e reformar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção desta palavra. Nenhum momento mais propício que este [...] uma reforma profunda na educação pública e nacional presume uma reforma igualmente radical no governo.

Os republicanos tinham como discurso a necessidade de se educar o povo e que por isto a educação era uma prioridade governamental. Entretanto, fosse pela composição dos governos republicanos, fosse por dificuldades financeiras, o discurso da importância da educação caiu no esquecimento. Pouco se fez pelo ensino da população durante a Primeira República, embora algumas iniciativas¹⁰, no período inicial, deixaram a marca republicana na educação nacional.

A República expôs a população e ao país, que não tinha resolvido e nem universalizado o ensino primário para as classes populares. Com isso, alguns intelectuais se destacaram na tentativa de melhorar a educação brasileira, como: Sampaio Dória (1920-1921), em São Paulo; Lourenço Filho (1922-1923), no Ceará; Fernando de Azevedo (1925), no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira (1925), na Bahia, Francisco Campos (1925-1928), em Minas Gerais e Carneiro Leão (1926), em Pernambuco (NOGUEIRA, 2001, p. 21). Lourenço Filho destacou-se pela criação da *Série de Leitura Graduada Pedrinho*.

¹⁰ A construção de vinte Liceus de Artes e Ofícios nas capitais dos estados, a imposição do método intuitivo como ideal da transmissão do conhecimento, uma visão arquitetônica de construções monumentais que simbolizassem a República e a criação dos primeiros Jardins de Infância, que foram ações desse período (VERÍSSIMO, 1985).

Lourenço Filho utilizou-se de um instrumento de grande eficácia para disseminar o ensino da leitura e da escrita por todo o país, a sua produção didática¹¹. Este teve o significado de um pensamento que contribuiu diretamente para a formação de certo modo de pensar, sentir, querer e agir, no tocante a educação brasileira (MAGNANI, 1997, p. 146-147). No entendimento da autora, a despeito de sua extensa e diversificada carreira, Lourenço Filho dedicou-se às dificuldades enfrentadas pela educação no seu tempo, relativos ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, apresentando propostas de solução em nível institucional, escrevendo cartilhas e livros de leitura.

O pensamento de Lourenço Filho estava repleto, no entanto, de preocupações típicas da primeira metade do século XX, como a ruptura com o passado nas artes e na filosofia, a fascinação pelos avanços técnicos e a discussão sobre a racionalização do trabalho. De acordo com Nogueira (2005, p. 37), os elementos para reflexão deste intelectual estão fundamentados na luta ideológica que respaldava os reformadores e as normas orientadoras da política nacional da educação enfatizada na legislação. No entanto, a viga mestre de suas idéias tinha sustentação no “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” (1932), que objetivava a solução dos problemas educacionais. Estes deveriam estar no plano político-social, para além do campo administrativo, pois a educação situava-se no processo de desenvolvimento, firmando uma relação dialética, segundo a concepção que se expressava naquele documento.

Para rever os problemas educacionais então vigentes, no entendimento do intelectual, era necessária a compreensão de todos os fatores que envolvessem a criança, fatores biológicos, psicológicos, bem como os decorrentes de mudanças da vida social. Com esse intuito, propusera uma nova Pedagogia fundamentada nos preceitos de uma ciência experimental da criança (na verdade, ainda mais filosófica que científica, como já sucedera a obra de Herbart) (HILSDORF, 1998, p. 97).

Em cada época, a consciência social dos problemas educacionais revela-se na escola por sua organização, formas de trabalho e transformações

¹¹ Os livros didáticos produzidos por Lourenço Filho dividem-se em cartilhas, livros de leitura escolar, livros de exercícios de aritmética e livros do professor (Guia do Mestre) e do aluno (MONARCHA, 2001, p.128). “Cartilha do Povo” (1928); “Pedrinho” (1953); “Pedrinho e seus amigos” (1954); “Aventuras de Pedrinho” (1955); “Leituras de Pedrinho e Maria Clara” (1956); “Pedrinho e o mundo” (1957) (MONARCHA, 2001, p.127).

que a ajustem a novas situações e novos fins sentidos como desejáveis. O movimento de renovação de nosso tempo não tem representado senão um grande esforço no sentido desse reajustamento, segundo novas bases e ensaios de instrumentação mais eficaz para a consecução de tais objetivos (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 18).

Lourenço Filho via a educação como um conjunto de técnicas relativamente desligadas de ideologia e injunções históricas. Apesar disso, sua obra se subordina à idéia do ensino como instrumento principal de transformações sociais, colaborando para elevar o tema da educação ao centro de um imaginário político no qual lhe cabia o papel de concretizar a reforma no país, a modernização do mesmo e a superação do atraso (MONARCHA, 1997, p. 66). Essa foi uma das concepções inspiradoras da proclamação da República, da crítica ao patriarcalismo, nos anos 1920, e de toda a concepção oficial de progresso que prevaleceu durante a era Vargas (1930-1945).

Nesse sentido, a educação ganhou destaque como um dos meios para se alcançar a modernização. Desde o final do século XIX, em especial com a República, a escola firmou-se como um lugar necessariamente sistematizado, a fim de formar as futuras gerações, com o intuito de disseminar os ideais republicanos, respaldados na necessidade de instauração de uma nova ordem política e social. De acordo com Machado (2002, p. 106), a leitura e a escrita passam a ter novo significado para o homem, por meio delas seria possível romper distâncias.

Para alcançar a modernidade, saber ler e escrever era primordial à população. Este instrumento tão indispensável, estava restrito a poucos, pois era transmitido de maneira elementar, precisava ser incrementado para se alcançar à modernização e o desenvolvimento social. Para tanto, a leitura e a escrita tornaram-se elementos obrigatórios e objeto de ensino e aprendizagem¹², a fim de descobrir um novo mundo. Assim sendo:

[...] não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola, sobretudo, prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de trabalhar e de conviver e de participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão (TEIXEIRA, 1957, p. 63).

¹² Para Lourenço Filho (1969, p. 9), ensinar era “[...] levar alguém a aprender numa determinada direção, com objetivo certo”.

Nessa perspectiva, o ensino da leitura e da escrita passava a ser a descoberta de um novo horizonte. Este processo inicial de alfabetização transformava-se na relação dos integrantes da sociedade entre si, com a natureza, com a história e como o próprio Estado, que passa a defender a educação a todos, a fim de formar um novo homem, o cidadão. Nesse sentido, o livro e a leitura tornaram-se preocupação dos educadores e políticos. O livro passou de um simples depósito cultural, a uma fonte de experiência. O conhecimento da experiência acumulada era a possibilidade de construção de futuras experiências individuais (VIDAL, 2001, p. 93).

Eliminar o analfabetismo e democratizar o ensino era visto como requisitos para desenvolver a capacidade produtiva do educando e integrá-lo à sociedade. Com isso a educação passava a ser motivo de *status* e um dos meios para disseminar o amor à Pátria. Lourenço Filho declarou: "[...] nossa escola não se anima ainda ao calor de um ideal superior de vida em comunidade, nem se agita a luz de um seguro critério democrático". Para Lourenço Filho (1961, p. 19-20), um dos erros da escola tradicional foi conceber um tipo de criança em abstrato, uma criança de tipo ideal por todos os aspectos, na vida real inexistente, haja vista, que a escola era a própria vida. E esta só seria a escola do trabalho. O autor tinha clareza que a elitização e o intelectualismo da educação brasileira não atenderiam as necessidades das classes populares, a princípio as privariam de inserção no esquema de produção.

No entanto, a alfabetização se apresentava como problema fundamental para Lourenço Filho “[...] que nenhum argumento logra iludir”, e se, concretizada, se tornaria sinônimo de economia e rendimento. O autor se dispôs a afirmar que “[...] onde quer que uma escola popular esteja aberta, tradicional ou renovada, o problema da leitura e da escrita é daqueles que, ao mestre, se apresenta como fundamental tanto pelas exigências da organização do ensino graduado quanto pelos reclamos sociais” (LOURENÇO FILHO, 1974, p.15). Para amenizar toda essa preocupação com a educação popular, Lourenço Filho dedica-se a elaboração de um instrumento prático, um *Guia*¹³, para auxiliar os mestres envolvidos

¹³ Para Lourenço Filho (1969, p. 6), a publicação do *Guia do Mestre* não se apresentava como um simples receituário que pretendesse substituir uma rotina por outra. Isso seria de escasso valor. O que o educador pretendia era sugerir “[...] novas formas de trabalho com apoio na observação e reflexão dos mestres”. Os professores deveriam acreditar no valor da leitura quando também a eles se dirigissem, ou, com maior razão, quando assim ocorresse. Ao expor e comentar as situações da aprendizagem, livro a livro e lição a lição, como se apresentavam elas na *Série Pedrinho*, estas páginas as relacionam com os princípios que os mestres deverão ter em mente não só na fase inicial da aprendizagem da leitura, mas em todas elas.

nessa árdua tarefa do ensino da leitura e da escrita, por meio da *Série de Leitura Graduada Pedrinho*.

3. As Leituras de Pedrinho e Maria Clara

O livro IV *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, publicado pela primeira vez em 1956 era direcionado às crianças entre dez e onze anos, com o objetivo do desenvolvimento da leitura autônoma com valor funcional. O conteúdo abordado era a compreensão do plano geral do texto e de suas partes; a compreensão do sentido de cada expressão do contexto; noção das palavras “de valor” na leitura em voz alta; rapidez na leitura silenciosa; compreensão das partes capitais e acessórias da oração e modificação, pela leitura, de modos de sentir, pensar e agir (LOURENÇO FILHO, 1969, p. 18).

Neste quarto livro, o objetivo da leitura era ler com utilidade. Para isso, tornava-se imprescindível demonstrar como o material dos livros poderia e deveria ser utilizado, pelas pessoas que liam, por meio de novos arranjos ou formas que dêem a esse material, por intermédio do trabalho individual, uma reorganização muito variada, segundo o que se desejasse obter; ou, afinal, que o leitor pudesse realizar a síntese do texto lido (LOURENÇO FILHO, 1968, p. 91).

Nas primeiras lições, a explicação dada pelos meninos Pedrinho e Maria Clara – personagens da história – quanto ao livro que preparavam e aos índices que organizavam, dava aos alunos um exemplo vivo de como deveria ser o cuidado com o material escolar. Na seqüência, os textos exprimiam o valor da escrita, da invenção da imprensa e os diferentes modos de redigir.

Ao examinar a *Série Pedrinho* pode-se perceber que, enquanto a unidade dos livros anteriores utilizava as mesmas personagens; a feição dramática das aventuras; neste quarto livro, as atividades dos alunos eram mais enfatizadas, no intuito de compreender, interpretar e repensar os assuntos já apresentados. De acordo com Lourenço Filho (1968, p. 92), em vários países, algumas pesquisas demonstravam a vantagem da presença das

mesmas personagens, nos primeiros textos de leitura, especialmente quando fossem da mesma idade dos escolares.

Essa prática foi utilizada, a fim de que os alunos se identificassem com essas personagens, cujas idéias e sentimentos pudessem ser compreendidos com maior facilidade. Uma nova fase na escola primária deveria ser experimentada, qual seja a de temas e personagens diversos. Para tanto, foi necessário exercitar a capacidade geral de leitura ativa, ou funcional (LOURENÇO FILHO, 1968, p. 92). O plano geral de *Leituras de Pedrinho e Maria Clara* obedecia a esse propósito, oferecendo condições adequadas às atividades que pudessem proporcionar a aproximação das personagens com a vida real de cada criança, sendo esta a diferença deste livro em relação aos outros da mesma coleção.

As duas lições iniciais, do Livro IV, apresentavam diálogos e trechos sob a forma de cartas, mantendo certa identificação entre os alunos e os dois supostos organizadores do livro. A riqueza e a variedade dos temas exigiam maior capacidade de análise própria e de autonomia do pensamento, no decorrer do trabalho. Para facilitar o trabalho do mestre, o *Guia* sugeria sugestões práticas para o ensino, como: leitura oral e silenciosa, individual e em diálogo, lenta e rápida, limitada a um único trecho ou logo associada a outros, dentre os do próprio livro, ou em material complementar de leitura (LOURENÇO FILHO, 1968, p. 92).

Essa leitura poderia ser realizada como interpretação geral, para compreensão das partes constitutivas de cada trecho ou para resposta a questionários. No entanto, poderia ser trabalhada, no intuito de elaboração de um texto pelos próprios alunos, para aplicação de uma determinada oração, ou expressão nova, para a elaboração de um quadro sinótico no quadro negro, para reprodução em exercício escrito ou oral, para coordenação com elementos de estudo em outra disciplina, para recitação, para realização de uma atividade prática, para a contemplação da beleza de certas formas poéticas, sejam em prosa ou em verso (LOURENÇO FILHO, 1968, p. 93).

Lourenço Filho deu elementos aos mestres, pois as sugestões apresentadas visavam o enriquecimento do trabalho, não objetivando impor uma rígida esquematização. Cada atividade poderia ser realizada, buscando a capacidade de criação individual e modo de ensinar, de acordo com o interesse médio dos alunos. Os objetivos deste livro podiam ser

identificados pelo índice organizado por assuntos, como os próprios meninos que preparavam o livro o apresentavam: “Cultivemos o jardim da linguagem” (LOURENÇO FILHO, 1956, p. 7); “As plantas, amigas de sempre” (LOURENÇO FILHO, 1956, p. 28); “Grande e formosa é a nossa terra”; “Isto agora é só para divertir”; “Quando o Brasil começava”; “As invenções, o trabalho e o trabalhador”; “Grande terra, grande gente”; “Dos velhos tempos à República”; e “Versos que nos falam à alma” (LOURENÇO FILHO, 1968, p. 93-94).

No entendimento de Lourenço Filho (1961, p. 23), “[...] o ensino passava a ser visto como instrumento de construção política e social”. Assim, a elaboração de uma pedagogia social, atrelada aos estudos da história da educação e da educação comparada, buscava a compreensão do processo educacional, almejando o conhecimento de seus fatos no tempo e no espaço.

[...] não obstante, começavam as questões educacionais a ascender dos limitados problemas da didática para os da compreensão das técnicas sociais: da questão dos meios, procedimentos e recursos práticos, para os da consciência de novos objetivos a serem realizados através da escola; e, enfim, os da compreensão de recursos educativos dentro de um processo mais amplo, que exigia a compreensão de influências de muitas origens – familiares, religiosas, econômicas, políticas. A educação vinha a propor-se, enfim, como problema integral de cultura (LOURENÇO FILHO, 1961, p. 23).

Lourenço Filho, depois de cinquenta anos, foi mais um propagador da produção de livros elaborados por brasileiros em todos os seus aspectos, com já afirmava Veríssimo (1985, p. 62):

[...] que clamava por um livro de leitura para brasileiros, escrito por brasileiros, [...] que seja brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores transladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o assume.

A nova mentalidade educacional foi sintetizada pela Escola Nova, propondo um tratamento diferenciado para os problemas educacionais, com o intuito de superar o ensino tradicional. O projeto educacional buscava combater o analfabetismo, propagando o abasileiramento não somente nos conteúdos didáticos como também da escola, privilegiando idéias como o serviço militar, o voto e a representação política (LOURENÇO FILHO apud BERTOLETTI, 2006, p. 55). Desta forma, a educação deveria ser adaptada a uma nova realidade, esta deveria ser escrita por autores e poetas brasileiros.

No entanto, o sistema educacional tinha como papel proporcionar uma educação que permitisse o livre desenvolvimento das aptidões e talentos individuais, a fim de que os mais capacitados pudessem conseguir ascender socialmente, superando as diferenças e barreiras de classes sociais. Nesse sentido, cabia a cada indivíduo a responsabilidade pela sua situação de riqueza ou de miséria, as oportunidades estavam postas para todos, no interior da sociedade.

Diante dessa situação, Lourenço Filho defendia a idéia de se criar bons livros de leitura, que pudessem fazer uma ligação entre o mundo da criança e o do adulto (MARINS, 1997, p. 83). Para o educador, a literatura deveria exercer uma função humanizadora, em conjunto com a fantasia, evasão e sonhos, possibilitando a criança conhecer a si mesma e o mundo.

4. Considerações Finais

Este artigo se propôs a estudar o livro IV, da Série de Leituras Pedrinho, *Leituras de Pedrinho e Maria Clara*, elaborada e organizada por Lourenço Filho, a fim de destacar os ideais educacionais e sociais do educador, que o levaram a debruçar-se sobre a alfabetização brasileira. Cabe ressaltar, que esses conceitos não surgiram da cabeça desses homens, mas foram gestadas em meio às transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais que agitaram o início do século XX, no Brasil, em um período de “[...] transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a República” (SCHELBAUER, 1998, p. 5).

Todas essas mudanças ocorreram, em virtude que pessoas atentas aos acontecimentos nacionais e internacionais, arriscaram a questionar a organização do Sistema Nacional de Ensino. Lourenço Filho cooperou para a renovação no campo educacional, contribuindo como administrador na reforma da educação brasileira. A sua produção escrita sobre educação proporcionou muitas subsídios à literatura pedagógica e para a redação de várias revistas sobre ensino. Outro destaque, deste intelectual, pode ser observado na sua colaboração com a editora Melhoramentos, cuidando de seus livros para crianças e da sua importante coleção infanto-juvenil. Um dos temas de seu interesse especial foi “[...] à obra

daquele reformador educacional mais temprano, Rui Barbosa, mas em toda a história da educação brasileira há pouca dúvida de que o reformador mais importante foi ele mesmo, Manoel Bergström Lourenço Filho” (MONARCHA, 1997, p. 8-9).

Em meio a todas essas transformações na sociedade brasileira, a educação, no entanto, não realizou um sistema de ensino. Buscaram-se realizar várias reformas educacionais que de fato não foram implementadas. A descentralização do ensino na República provocou disparidade entre os níveis do ensino superior e médio e do ensino primário. Diante desse cenário educacional, Lourenço Filho contribuiu com o seu pensamento intelectual, por meio de sua produção direcionada às crianças.

Lourenço Filho acreditava que o sistema educacional era promotor da mudança social, em uma sociedade em transformação, esse instrumento era essencial. Em especial, no caso do Brasil, visto que foi atribuída à escola a missão de atender esses ideais sociais. Para isso, utilizou de todos os meios possíveis para disseminar as suas idéias nacionalistas, a fim de tornar-se o país “civilizado” e no caminho do progresso. A sua produção literária foi um dos instrumentos utilizados para incutir uma nova forma de comportamento, transmitindo valores e regras de convivência, de higiene, solidariedade, necessários ao desenvolvimento social.

Este intelectual inaugurou um novo método no país, por meio de sua *Série de Leitura Graduada Pedrinho*, facilitando o acesso aos conteúdos, bem como, contribuindo nas questões que diziam respeito à educação e ao ensino, preocupado com a moral, sendo sempre sua finalidade prática preparar seres humanos para a vida social, por isso a ênfase no ensino da leitura. Assim, o sistema educacional tinha como papel oferecer uma educação que permitisse o livre desenvolvimento das capacidades e aptidões individuais, de forma que os “mais capazes” iriam conseguir ascender socialmente e superar as barreiras e diferenças de classes sociais. Nesse sentido, caberia a cada indivíduo a responsabilidade pela sua situação de riqueza ou de miséria, no interior da sociedade.

A escola era vista como um espaço neutro, em que todos os indivíduos recebiam, de maneira igualitária, as mesmas oportunidades e os mesmos tratamentos. Assim, por meio de uma metodologia diferenciada os alunos receberiam atendimento específico, em virtude

de suas capacidades ou não para os estudos. Concomitantemente, o aluno era preparado para viver em uma sociedade democrática.

No entanto, ao facilitar esse conhecimento, justificado pela centralização do ensino na criança, Lourenço Filho não se precaveu quanto à qualidade do ensino. O conteúdo na escola tradicional, que era rígido e ocupava um papel central, foi suplantado com a escola nova, o que deixou lacunas no trabalho escolar, privilegiando o fazer e o sentir da criança.

A nova escola foi uma proposta burguesa que se articulava em torno dos interesses dessa classe e dos elementos progressistas. De acordo com Saviani (1995, p.23), “[...] é dessa forma que a burguesia trava a luta pela hegemonia procurando subordinar aos seus interesses os interesses das demais classes”. Nesse caminho, há que se estudar Lourenço Filho dentro de seus limites, pois apesar de todo o seu conhecimento e experiência, junto ao campo da educação, o autor estava vinculado a um dado momento histórico, ao posicionar-se favorável à sociedade de classes, datado temporalmente, limitando a possibilidade do exercício da crítica. Lourenço Filho atuou na história, de acordo com as condições materiais e ideais possíveis para a geração de intelectuais da qual fazia parte. Ao abordar o seu pensamento e sua prática educacional, há que se respeitarem as fronteiras de sua realidade e posicionamento.

5. Referências

ALMEIDA JUNIOR, Antonio de. Formação profissional de Lourenço Filho. In: Associação Brasileira de Educação. **Um educador brasileiro: Lourenço Filho**. Livro Jubilar, São Paulo: melhoramentos, 1959.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do Povo e da cartilha, Upa, Cavalinho**. São Paulo: UNESP, 2006.

CAMPOS, R. H.de F. (Org). História da Psicologia. **Coletâneas da ANPEPP**. v 1, n. 15, p. 29-56, 1996.

FARIA, Ricardo de Moura; MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa. **História**. São Paulo: Ed. Lê S/A, 1989, p. 57-70.

GANDINI, Raquel. **Intelectuais, Estado e Educação**: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Lourenço Filho em Piracicaba. In: **História da Educação: processos, práticas e saberes**. São Paulo: Escrituras, 1998.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Leituras de Pedrinho e Maria Clara**. São Paulo, Melhoramentos, 1956. (Série de Leitura Graduada Pedrinho).

_____. **Introdução a escola nova**. 8 ed., São Paulo: Melhoramentos, 1961.

_____. **Guia do Mestre para o ensino da leitura**. Vol. 1, São Paulo: Melhoramentos, 1969.

_____. **Guia do Mestre: para o ensino da leitura**. Vol. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

_____. **Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita**. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.

_____. **Juazeiro do Padre Cícero**. v. 5, Brasília: INEP/MEC, 2002.

_____. **Educação Comparada**. v. 7, Brasília: INEP/MEC, 2004.

LOURENÇO FILHO, Ruy C. B. e LOURENÇO FILHO, Marcio C. B. Notícia Bibliográfica de Lourenço Filho. In: **Um educador brasileiro: Lourenço Filho**. Livro Jubilar. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. Leitura e Cultura: considerações sobre a produção didática de Lourenço Filho. In: **Centenário de Lourenço Filho: 1897-1997**. Londrina: Editora da UEL; Marília: UNESP; Rio de Janeiro: ABE, 1997.

MARINS, Francisco. Literatura infantil e Lourenço Filho. In: MONARCHA, Carlos. **Centenário de Lourenço Filho: 1897-1997**. Londrina, Pr: Editora da UEL; Marília, SP: UNESP; Rio de Janeiro: ABE, 1997.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

_____. **Por Lourenço Filho: uma biobibliografia**. Coleção Lourenço Filho, Brasília: INEP/MEC, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU/Editora da USP, 1976.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. **A Prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado Ceará**. Fortaleza: UFC, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 33 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RENAULT, Abgar. Lourenço Filho e a Pedagogia de Rui. In: LOURENÇO FILHO, Manoel B. **Um educador brasileiro: Lourenço Filho**. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá, Eduem, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. Lourenço Filho e a educação. In: **Um educador brasileiro: Lourenço Filho**. Livro Jubilar. São Paulo: Melhoramentos, 1959, p. 65-68.

_____. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação** – a escola Progressiva, ou, a Transformação da escola. 6 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia editora Nacional, 1957.

VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. 3 ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas na escola brasileira dos anos 1920 a 1930. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org). **Modos de ler, Formas de escrever: estudos da História da leitura e da Escrita no Brasil**. 2 ed, Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 85-116.